

O cenário agrário e agrícola brasileiro no final do século XIX: uma análise do pensamento ambiental da Sociedade Central de Imigração (1883-1891)

The Brazilian agrarian and agricultural scene in the late nineteenth century: an analysis of environmental thinking Immigration Center Society (1883-1891)

Angela Bernadete Lima
Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Bolsista CAPES
angela_ufsc@yahoo.com.br
Florianópolis
Brasil

Recibido: 2 de febrero de 2015
Aprobado: 12 de marzo de 2015

RESUMO

No cenário nacional brasileiro do século XIX, surgem as primeiras discussões acerca das questões ambientais e, no final do século, retomam-se discussões sobre os problemas na produção agrícola. Ao lado disso, temos os debates de como democratizar o espaço rural brasileiro, baseado no latifúndio e constantemente temeroso pelo fim do regime escravista. Neste contexto, a Sociedade Central de Imigração, fundada no Rio de Janeiro em 1883, inseriu-se em todas estas questões e buscou não somente incentivar a vinda de imigrantes europeus (preferencialmente alemães), bem como favorecer o surgimento de uma classe média, formada por pequenos proprietários rurais. Assim, fazia-se urgente criar uma nova forma de relação com a terra. Nesse sentido, este trabalho propõe-se a analisar de que maneira as relações com o ambiente estavam sendo pensadas pelos líderes da Sociedade Central de Imigração na década final do século XIX e de que forma a diversidade natural do Brasil era concebida dentro dos seus diferentes propósitos. Nesse sentido, buscaremos igualmente nesta comunicação discutir por quais meios os nomes que compunham a Sociedade Central de Imigração buscaram estabelecer mudanças na lógica que acarretava danos e transformações na paisagem rural e natural do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Brasil; imigração; agricultura; preservação ambiental.

ABSTRACT

In the 19th century scenario of Brazil, the first discussions on environmental issues emerge and agricultural production issues are retaken into discussion by the end of that century. Along that path, there are debates on democratizing the Brazilian rural sphere, based on large properties and constantly fearful for the end of slavery. Within such context, the central immigration society established in 1883 in Rio de Janeiro got involved in the aforementioned issues, seeking not only to encourage the immigration of Europeans (preferably Germans), but also to favor the upbringing of a middle class formed by owners of small rural properties. Hence the emergence of creating a new kind of relation to the land. In this sense, this paper proposes an analysis of how environmental relations were dreamed up by leaders of the central immigration society by the end of the 19th century, and how the natural diversity in Brazil was conceived within their various purposes. We shall also discuss through which means the members of the central immigration society sought to make changes in the logics that transformed and damaged the rural and natural landscapes in Brazil.

KEYWORDS

Brazil; immigration; agriculture; environmental preservation.

Introdução

A história da imigração no Brasil independente, que teve seus primeiros impulsos com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808, intensificou-se com o término do tráfico de escravos e, após 1870, adquiriu caráter massivo, que foi aprofundado na virada do Novecentos. Para essa expansão concorreu a necessidade da mão de obra, tanto no campo quanto na cidade, tendo por base de sustentação propostas de modernização que defendiam sobretudo a importação de trabalhadores europeus como caminho para o progresso e a chegada da civilização no país.

Ao longo das últimas duas décadas da Monarquia, quando o processo de desagregação da escravidão intensificou-se, paralelamente ao progressivo declínio do regime monárquico, uma série de questões são retomadas com mais intensidade, como a da substituição da mão de obra escrava pelo braço livre, o aproveitamento ou não da mão de obra nacional e a imigração e questão fundiária. Dentre os indivíduos que pensaram alternativas para os problemas do Brasil, alguns incluíram em suas propostas a ideia de reforma agrária e implantação da pequena propriedade rural. Esta última foi também expressada por alguns indivíduos do governo, através, por exemplo, da sugestão de se criar um Imposto Territorial ou, ainda, a de se instituir colônias agrícolas à margem de rios e de estradas, que beneficiariam os imigrantes, os nacionais e os libertos. As medidas propostas, em seu todo, incentivariam a formação de uma classe média rural. Dentre os que buscaram tal intento, destacamos a Sociedade Central de Imigração.

Idealizada e fundada no final do século XIX, a Sociedade Central de Imigração (SCI) trazia como objetivo principal organizar e promover o aumento da imigração de europeus para desenvolver atividades agrícolas, ao mesmo tempo garantindo-lhes boas condições de deslocamento da Europa para o Brasil, sua instalação nos núcleos e trabalho. Contudo, embora a ênfase no trabalho fosse sempre importante, a intenção não era apenas angariar mão de obra qualificada, mas incentivar uma mudança na forma de ocupação das terras no Brasil. Suas propostas direcionavam-se para a alteração de algumas estruturas

que podem ser consideradas como componentes de um projeto modernizador e reformador da sociedade brasileira.

A SCI, durante quase uma década de existência, buscou elaborar estratégias para atrair imigrantes através de uma intensa propaganda em duas frentes: uma interna, visando convencer os nacionais sobre as vantagens da imigração, e externa, direcionando propagandas aos governos e populações dos países alvos. As propagandas aconteciam por meio de discursos, artigos, periódicos, cartas etc. Todo este material foi publicado no jornal mensal do grupo *A Imigração*, que circulou de dezembro de 1883 a abril de 1891.

A SCI localizava-se na Corte, no Rio de Janeiro, no entanto estimulou a fundação de filiais em diversas províncias do Brasil. Estas, chamadas de *Sociedades Filiais*, apresentavam autonomia de ação, mas na maior parte dos casos compartilhavam dos mesmos pensamentos e ideais da SCI. Através do número de sociedades filiais que foram fundadas nas províncias do Império, é possível apreender que as ideias da SCI tiveram aceitação ou influencia em outros grupos.

O objetivo fundamental deste grupo era incentivar a imigração de europeus para o Império do Brasil e, ao lado disso, promover a mudança na estrutura agrária fundamentada no latifúndio, como nos dizeres de Karl von Koseritz: “Nós declaramos guerra ao latifúndio e tentamos levar à vitória o sistema de pequena propriedade, com a introdução de colonos agrícolas”.¹ Entendemos que ao detalharmos suas principais ideias, principalmente aquelas que eram difundidas através do jornal *A Imigração* e outros escritos, poderemos conhecer melhor suas propostas para a melhoria da agricultura nacional, preservação de recursos naturais e para a transformação legislativa que favorecesse o que André Rebouças chamou de democracia rural. Do mesmo modo, acreditamos que é possível relacionar as atividades deste grupo com o próprio processo de mudanças que foram operadas nos fins do século XIX.

¹ Koseritz, Karl von. *Imagens do Brasi* (São Paulo: EDUSP, 1980), 215.

Agricultura e os aspectos ambientais do Brasil no século XIX

Perante as discussões sobre agricultura, especialmente em nossa atual conjuntura, necessitamos incluir nos debates e estudos os aspectos ambientais. A consciência crítica diante da destruição da floresta é geralmente reconhecida como um fenômeno atual inspirado em movimentos norte-americanos e europeus. No entanto, é possível observarmos através de depoimentos e outros escritos a existência de uma preocupação ambiental no século XIX. Acerca deste aspecto, a obra de José Augusto de Pádua, “Um sopro de Destruição – Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)” nos apresenta uma série de análises e discursos políticos dedicados à crítica ambiental da destruição florestal ocorrida no Brasil durante os séculos XVIII e XIX, escritos por brasileiros como José Bonifácio e Joaquim Nabuco. As reflexões de Pádua nos auxiliam a observar a natureza do século XIX pelos olhos de alguns seus contemporâneos.

Conforme a opinião dos membros da SCI, o temor oriundo da escassez mão de obra em uma economia baseada na produção de gêneros agrícolas, somada às técnicas atrasadas em uso, era perfeitamente sentida como um dos grandes males que flagelava o país. Fazia-se necessário analisar com cuidado a situação nacional e apontar meios de melhoria que possibilitassem a modernização da agricultura. Anteriormente a fundação e atuação da SCI, tais preocupações já vinham sendo discutidas e no ano de 1874, em um levantamento feito pelo Ministério da Fazenda sobre o estado da lavoura, foram apontados alguns dos motivos do entorpecimento da agricultura. Neste documento temos destacado não apenas a questão de escassez de trabalhadores para a lavoura, mas igualmente a grande falta de conhecimentos técnicos do trabalho agrícola.

Dizia-se no levantamento que:

Entre nós o método do cultivo é ainda, na máxima parte, o de dois séculos passados, sendo muito limitado o número de cultivadores que, arrastando os preconceitos, admitem instrumentos aratórios e outras máquinas adaptadas pelos agricultores europeus e norte-americanos.²

² *Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*, Rio de Janeiro, 1874, 64.

Além deste documento, temos os debates dos *Congressos Agrícolas*, que tiveram lugar no ano de 1878: um ocorrido em julho no Rio de Janeiro, e o segundo no mês de outubro na cidade de Recife. Ambos encontros nos possibilitam compreender as condições históricas – econômicas, sociais, políticas e ambientais – deste período que antecede o nosso recorte de estudo. Do mesmo modo, esses congressos nos permitem depreender, por meio da análise de alguns textos e discursos deles resultantes, qual era a compreensão das elites agrárias acerca das mudanças que estavam em andamento e os rumos que desejavam dar a essas transformações.

Neste aspecto, os debates inseridos neste contexto nos mostram de que maneira o pensamento de seus participantes formam um quadro bastante representativo do pensamento reformista brasileiro que tomou lugar ao final do século XIX. Tratava-se, pois, de chamar a atenção nacional para um grave problema: o atraso em vários aspectos na produção agrícola.

Segundo Pádua, a natureza destes problemas, do modo como foi percebida pela grande maioria dos participantes, já vinha preconizada nas próprias questões estabelecidas pelo programa convocatório do congresso. Estava, portanto, resumida no binômio "braços e capitais". As alternativas em pauta, tais como o incentivo à colonização europeia, a importação de trabalhadores chineses ou indianos, a mecanização da produção rural ou a educação e qualificação da mão de obra nativa levantavam problemas e possibilidades significativamente diversos dos que podiam ser encontrados na tradicional ordem escravista.

O programa do mesmo modo solicitava sugestões sobre os meios e instrumentos para levantar o crédito agrícola, justificados pela crise financeira. Mas ela também ecoava a existência de dilemas mais profundos, que diziam respeito ao modo de inserção do Brasil na economia capitalista do século XIX, crescentemente fundada em escalas superiores de investimento e fluxo de capitais. As perguntas do questionário também deixam claras a preocupação com os "melhoramentos" da lavoura, com as mudanças técnicas e administrativas que nela deveriam ser introduzidas. Contudo, o problema fundamental a ser resolvido eram a tecnologia rudimentar e a baixa produtividade da agricultura escravista brasileira. Uma

característica que a tornava cada vez menos competitiva diante de uma agricultura internacional que começava a incorporar com mais vigor a mecanização e a química aplicada.³

Os debates efetivamente realizados em torno das questões técnicas e produtivas foi ofuscado, que focou nos temas principais já citados. Estas foram levantadas por uma minoria de participantes, recebendo quase sempre uma abordagem pontual e apressada, que apontava, como vimos, para a necessidade geral de desenvolver a educação dos produtores. Ao que parece a maioria dos grandes proprietários confiava no potencial de continuidade do seu sistema extensivo de produção, desde que continuasse dispondo de crédito vantajoso e mão de obra. “As longas discussões sobre a conveniência ou não de importar trabalhadores asiáticos, ou sobre as bases para a criação de um banco de crédito real ocuparam muito mais tempo do que as reflexões sobre a maneira de aumentar a quantidade e a qualidade da produção.”⁴

Embora alguns fazendeiros destacassem, no conjunto de defesa da educação, o ensino de técnicas como a escolha das terras apropriadas a certas e determinadas “[...] culturas; a sementeação, transplantação, pódas, enxertias, colheitas, melhoramento do solo por meio de adubos, estrumes, irrigação, drenagem, etc,” uma preocupação mais ecológica era rara. Assim, em várias partes do documento do Congresso Agrícola no Rio de Janeiro aparece como necessidade dos fazendeiros a utilização das máquinas na lavoura e junto o estudo dos tipos de solo, visando a maior produtividade. Mas na opinião de Manoel Ribeiro do Val era preciso atentar que a crise resultava de aspectos fundamentalmente ecológicos, resultantes dos “efeitos negativos da nossa plantação”. A prova disso estava no fato de que “quando nos bons tempos tínhamos chuvas abundantes de princípios de agosto até fins de maio do ano seguinte, intercaladas apenas por um curto veranico, que nunca excedia 15 dias, colhíamos abundantes roças e boas safras de café”. Agora os produtores tinham que se deparar com a irregularidade das estações, a falta de chuvas, o aumento

³ Pádua, José A. *Um sopro de destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002), 252- 253.

⁴ Ibid.

das temporadas de seca, o empobrecimento biológico dos cafezais, as pragas, as formigas a "degeneração das plantas, dos animais e até da nossa própria raça".⁵

Na segunda metade do século XIX igualmente intensificaram-se a circulação desses conhecimentos. Muitos periódicos e revistas de divulgação científica anunciavam a possibilidade de maior produtividade e qualidade dos produtos extraídos da natureza, e agricultores de várias partes do mundo buscavam informações sobre o assunto. Observa-se também neste período o surgimento de muitas sociedades e institutos que viriam a atuar em torno da temática. Nestes grupos, podemos observar diferentes discursos sobre a natureza e, em muitos casos, como dever-se-ia proceder para o melhor aproveitamento e mesmo preservação dos mesmos.

De acordo com Begonha Bediaga, em seus estudos sobre o surgimento do *Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*, o Governo Imperial buscava aprimorar suas relações com os proprietários, pois era sua base de sustentação política. Dessa maneira, segundo a autora, os institutos agrícolas originaram-se como locais onde o governo buscava agregar produtores rurais a implantar projetos "modernizadores" para a agricultura, porém sem grandes reformas do modelo agroexportador vigente naquele momento. No entanto, a extinção do regime escravista, que era um ponto de tensão entre as partes, era de modo geral sugerido por estes institutos, que advogavam o uso de maquinarias agrícolas, ou ainda defendendo a fixação de imigrantes nas fazendas, ou ainda apontando os benefícios obtidos pela agricultura em outros países.

Mesmo antes da criação dos institutos por todo o país, a partir da década de 1850, indivíduos do governo e homens das ciências que se ocupavam do tema vinham destacando a importância de se discutir as melhorias na agricultura. Em algumas revistas do período temos interessantes apontamentos, como por

⁵ *Congresso Agrícola*. Edição fac-similar dos Anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro, em 1878. Introdução de José Murilo de Carvalho. (Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1988, 163-164.

exemplo os escritos de Guilherme Schüch Capanema⁶ na *Revista Brasileira*.⁷ Partindo da análise dos acontecimentos da Exposição Universal de Paris, em 1855, Capanema traçava um diagnóstico bastante negativo do sistema agrícola no Brasil, chamando a atenção ao fato de que os proprietários utilizavam o solo até a exaustão, sem preocupar-se com a necessária reposição de nutrientes. Ao apontar estes e outros aspectos do atraso, Capanema igualmente enfatiza a fragilidade de uma economia exportadora que disputava espaço com países que há muito vinham se modernizando, e acrescentava que se nada fosse feito os alimentos teriam que ser importados e a nossa lavoura entraria em colapso. Capanema conclui sua análise mostrando que o estabelecimento rural que propunha deveria vincular a silvicultura às suas atividades, e alertava sobre o risco de nossas florestas se transformarem em desertos por conta da escassez de madeira e água que, acreditava, ocorreria em curto prazo.

As ideias da Sociedade Central de Imigração para mudanças na agricultura e alguns apontamentos sobre preservação ambiental

Na atual conjuntura brasileira uma significativa parcela da mão de obra atua no setor agrícola e isso faz com que esta temática ocupe lugar de relevância nas discussões sobre desenvolvimento econômico no país. Significativa também tem sido a mobilização de trabalhadores sem acesso à terra própria por todo o território, reivindicando algo que vem sendo discutido a longo tempo no Brasil: o direito à terra para os que nela trabalham. Segundo Lucília Siqueira, na fronteira entre a exclusão e a inserção social, entre o acesso e a expulsão da terra, estão estes contingentes pobres para os quais a reforma agrária nunca sobrevém.⁸

⁶ Guilherme Schüch Capanema foi um destacado homem das ciências, com formação no Imperial Instituto Politécnico de Viena (1841-1846) como bolsista do imperador. Professor da Escola Militar — posteriormente denominada Escola Central e, mais tarde Escola Politécnica — até a década de 1870, era amigo pessoal e uma espécie de consultor de Pedro II, que frequentemente lhe solicitava opiniões acerca de assuntos científicos. Além de ter ocupado cargos em instituições como Museu Nacional, SAIN, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Sociedade Vellosiana e Palestra Científica, Guilherme Capanema foi um dos idealizadores e líderes da Comissão Científica de Exploração, na década de 1850.

⁷ Capanema, Guilherme. *Fragmento do relatório dos comissários brasileiros à Exposição Universal de Paris de 1855*, *Revista Brasileira*, (1858): 218-240.

⁸ Siqueira, Lucília. "Pensar o país para os que vivem entre o latifúndio e a exclusão: o projeto agrícola de Andre Rebouças", *Revista Projeto História*, 27(dez. 2003): 241-254.

Durante sua existência, a SCI buscou aliar o discurso em defesa da imigração de europeus com as ideias de mudanças na situação da agricultura nacional. A opinião geral dos membros baseava-se na ampla sensação de que o Brasil atravessava uma grave crise de atraso técnico e falta de conhecimentos para implantar avanços na melhoria da produção. Como vimos, muitas discussões buscaram estabelecer soluções, no entanto, era preciso considerar a dimensão territorial e atentar para o fato de que as diferenças regionais, de clima, solo e mesmo de colonização, necessitavam igualmente de atenção. Embora apoiassem, em certa medida, os discursos que defendiam a adoção de maquinário para a melhoria da agricultura, o que desejam mesmo era que:

[...] a evolução verdadeira e racional, a bem da transformação com caráter prático e generalizado deve ser a organização da pequena propriedade e a localização de gente laboriosa e morigerada em fazendas já de todo abandonadas, mas dotadas de terras excelentes e servidas por ótimos meios de comunicação.⁹

Seja em escritos ou nos pronunciamentos feitos pelos membros da SCI nos diferentes espaços, a ênfase na agricultura nacional associava, em certa medida, ideias de cunho ambiental e ecológico de observação e mesmo de preservação dos recursos naturais. Como vimos até aqui, tal questão ganha fôlego especialmente nos discursos onde a escravidão é apontada como entrave a modernização agrícola, assim acreditava-se que os negros eram incapazes de refletir ou mesmo preocupar-se com a forma como vinham sendo explorados os recursos naturais como o solo, as águas, as florestas e ainda os animais.

Temos portanto um quadro que vem sendo explorado pelos historiadores ambientais, que buscam compreender de que maneira aquela sociedade dos Oitocentos lidava com seu meio natural e como algumas vozes passaram a advertir sobre a necessidade de cuidado e uso consciente da natureza. Além disso, a natureza era nosso maior atrativo, e ao fazer uso de tal aspecto como um atrativo para as terras do Brasil, divulgava-se uma forte visão ligada ao meio rural. Ao fazer uso desta costumaz representação, estrangeiros e mesmo os nacionais fortaleciam aquela que seria o principal argumento utilizado pela elite agrícola do país até os tempos atuais, ou seja, a nossa ampla vocação agrícola. Tal argumento pode

⁹ A *Imigração*, Boletim nº 65, março de 1890, 6.

facilmente encontrado nas descrições presentes nos relatórios, artigos de jornais, livretos, trabalhos apresentados nas exposições, dentre outros, teve uma forte consonância com as alusões à natureza.¹⁰

Contudo, não tratava-se apenas de evocar as a natureza em descrições de beleza da paisagem para enaltecer o seu espaço privilegiado na formação da identidade nacional do Brasil. Mais importante do que isto, tal ênfase estava aliada aos benefícios econômicos que daí resultariam a partir de um uso que deveria ser cada vez mais ancorado em princípios científicos. Assim, com vistas a destacar as benesses econômicas que o imigrante poderia alcançar caso adquirisse um lote de terras no Brasil, passou-se a destacar características como a amenidade do clima, a pureza das águas, a fertilidade e a riqueza do solo, a abundância dos gêneros cultiváveis, entre outras.

A SCI também fez largo uso de propaganda da natureza para fins imigratórios. No entanto, a certa altura podemos perceber em seus discursos uma preocupação com o mau uso dos recursos naturais que vinha sendo exercido pela maior parte dos fazendeiros e agricultores. Na opinião que vinha se formando dentro do grupo, era preciso conscientizar sobre um provável futuro de escassez e mesmo de desastres climáticos como resultado desta exploração.

Nesse sentido, o jornal *A Imigração* publicou, em diversas oportunidades, artigos e pequenos textos apontando para alguns problemas ambientais, resultantes tanto da agricultura como do extrativismo, que o Império apresentava e que ainda nenhuma autoridade havia se manifestado a esse respeito. Ao publicar tais opiniões acerca dos usos da natureza, o grupo da SCI demonstra uma clara intenção de aumentar as discussões sobre o atraso técnico e científico que o Brasil vivia naquele final de século. Além disso, esses temas reforçavam a ideia de que a grande concentração de terras nas mãos de poucos ocasionava um desconhecimento grave nos proprietários sobre as reais condições de suas propriedades, um descaso gravíssimo que levava ao esgotamento de diversos recursos.

Na opinião geral do grupo da SCI conhecimento agrícola deveria estar aliado a preservação dos recursos naturais. Aqueles que formavam a diretoria do grupo e ainda aqueles que atuavam em localidades

¹⁰ Meira, Roberta Barros. Entre a experiência e a fantasia: natureza, agricultura e imigração no Brasil do Império, *Fronteiras: Revista Catarinense de História* [on-line], 23, (2014), 87.

fora da Corte, como no caso dos responsáveis pela fiscalização quando da chegada de imigrantes em Santos, possuíam largo conhecimento do funcionamento e da situação da agricultura nacional. Tal aspecto resultava da circularidade desses indivíduos por ocasião do desempenhar de suas funções profissionais. Deste modo, indivíduos como André Rebouças, Louis Couty, Alfredo Taunay e Beaurepaire Rohan, ao percorrerem diferentes localidades brasileiras do Império deixaram registradas suas impressões, aliadas ao seus conhecimentos científicos, e suas sugestões de melhoria e melhor aproveitamento de nossas riquezas.

A SCI retomou muitas das propostas realizadas nos Congressos Agrícolas, especialmente aquelas relacionadas à inserção do colono europeu e a divisão territorial em pequenas propriedades. Atentando especialmente para as questões agrícolas, as publicações buscavam trazer informações sobre os núcleos coloniais e suas culturas, mostrando as características climáticas necessárias para uma boa produção de certos gêneros, além de informações gerais da lavoura nacional. Estas informações podem ser encontradas na seção *A colonização no Brazil*, do jornal *A Imigração*, onde a cada boletim mensal, e com informações enviadas pelos delegados das sociedades filiais, destacava-se uma localidade em todos os seus aspectos. Um exemplo desta descrição está neste trecho do Boletim nº 09, que trata das colônias da província do Espírito Santo:

Existem nesta província 4 colônias: Santa Izabel, Rio Novo, Castelo e Santa Leopoldina, compreendendo 10 importantes núcleos com a população total de 29,298 almas, nacionais e estrangeiros. Todas acham-se emancipadas do regime oficial. (...) onde predomina a pequena propriedade e com correram no último exercício com 4.712,500 quilogramas de café para a produção total deste gênero exportado pela província: produção, que as estações fiscais registram por 19.118,115 quilogramas.

A cultura do café ocupa de preferência na província do Espírito Santo os terrenos montanhosos, os quais, constituindo um sistema de elevadas serras pertencentes à cordilheira geral que acompanha o litoral do Brasil, são cortadas por *infinidade de córregos, rios e mananciais*, formando inúmeros vales de prodigiosa fertilidade. Pôde assegurar-se, sem receio de errar, que não se acha ocupada com a lavoura do café a 30ª parte do terreno apto para tal cultura, existindo os terrenos desaproveitados e *extensas matas virgens*. (...) os terrenos devolutos, pela uberdade de seu solo agrícola, *riqueza d'água nativa*, altura sobre o mar, extensa linha de estabelecimentos coloniais e finalmente pela amenidade de seu clima e proximidade do litoral, constituem incontestavelmente a província do Espírito Santo como a mais apta para a grande colonização.¹¹ (grifos nossos)

¹¹ *A Imigração*, Boletim nº 9, 1885, 6.

A ênfase nos aspectos naturais permeavam as notícias sobre os núcleos coloniais no jornal, além do destaque conferido a sua produtividade enquanto pequenas propriedades. Tornava-se importante mostrar aos pretensos colonos, e aos que desejavam se inserir nos trabalhos de colonização, que o Brasil possuía uma natureza a ser transformada e melhorada para fins agrícolas e somente o bom conhecimento dos imigrantes europeus poderia conferir ao país o melhor aproveitamento de seus recursos naturais.

Contudo, como a própria notícia afirma, boa parte destes terrenos deveria ser ocupada pela cultura do café, pois haviam “terrenos desaproveitados e extensas matas virgens” e o avanço só depende da colonização para retirar da terra tudo o que ela poderia oferecer. Havia uma grande crença por parte da SCI de que o Brasil deveria incrementar a sua produção por meio da difusão de conhecimentos técnicos relativos aos trabalhos agrícolas. A defesa de um ensino técnico voltado a lavoura, como vimos, vinha sendo cada vez mais associada as mudanças necessárias também a melhoria econômica da agricultura.

Esta última preocupação possuía um evidente vínculo com uma outra, cara às leituras e apropriações iluministas, e que se ancoravam principalmente em certa ideia de “razão”: o estado de “civilização” dos povos. Em uma leitura fisiocrata do mundo natural e da realidade social, a preocupação e a valorização de atividades ligadas à terra deveriam possuir preponderância perante outras atividades. A agricultura, então, era tida como a “mãe do gênero humano”.

Além disso, no bojo da defesa da SCI pelo aumento na produtividade agrícola e na mudança de modelo; saindo do latifúndio para as pequenas propriedades rurais, estava a ideia de que a verdadeira vocação do Brasil era fornecer matérias primas para a Europa. Este posicionamento explica, de certo modo, o fato de que a SCI se opunha à industrialização. Taunay, por exemplo, por várias vezes argumentava que o Brasil deveria buscar cada vez mais desenvolver o seu “monopólio natural em relação ao café, ao cacau e à borracha”, e adquirir os manufaturados que necessitasse na Europa, ao invés de investir em sua própria industrialização. Dizia que o pensamento deveria ser o seguinte:

É preciso considerar que são os estrangeiros que consomem em maior escala os gêneros da Europa a que estão habituados, e assim fazem subir a importação. Eis o grande pensamento comercial: ligar as praças e os centros de produção americana, por meio de incessante e imprescindível permuta de produtos que não sejam similares, que sejam dissemelhantes. Dos países intertropicais irão muitas matérias primas para nos voltarem transformadas.¹²

Além disso:

Num país novo como o nosso, as indústrias, além da concorrência estrangeira de produtos similares, tem de lutar com o preço exagerado do salário e da matéria prima, por vezes importada de outros países. Por esse motivo só a lavoura e as indústrias que a ela mais intimamente se prendem, podem dar resultado satisfatórios. De modo que a aspiração primordial de todo e qualquer governo deve ser o aproveitamento do solo pela subdivisão das propriedades.¹³

Essa orientação de apreensão do mundo social e do mundo natural, com sua forma utilitarista e seu valor econômico fundamental advém, principalmente, de um fluxo de ideias francesas conhecida como *fisiocracia*.¹⁴ Um modelo de progresso que ancorava-se principalmente nas atividades rurais, distanciando-se, entretanto, nas apropriações dos letrados no Brasil, dos projetos que defendiam “a vocação agrícola com base em uma certa concepção conservadora de vantagem internacional comparativa”.

Nessa apreensão do mundo natural, como bem enfatiza José Augusto Pádua, existia uma clara hierarquia de prioridades em relação às atividades a serem postas em prática. Tal leitura do mundo natural destacava a agricultura como fonte real da riqueza e, desse modo, lançava duras críticas a um conjunto de práticas, entendidas como pouco racionais no “Antigo Regime” europeu, dentre as quais, o absentismo e o artificialismo, assim como, “o escravismo e as demais atividades que promovessem a ociosidade dos proprietários rurais. O ideal da escola fisiocrata era essencialmente produtivista”.¹⁵

¹² A *Imigração*, Boletim nº25, 1886, 3.

¹³ A *Imigração*, Boletim nº 27, 1886, 2.

¹⁴ A escola econômica fisiocrata, principalmente a partir do pensamento de François Quesnay e Richard Cantillon, tinha como objetivo maior aproximar a ordem econômica do que entendiam ser a ordem da natureza. Em suas obras, as metáforas naturais serviriam para melhor compreender o funcionamento da economia. Quesnay, que era médico, se utilizava da metáfora do corpo humano, a interação funcional dos órgãos e a circulação do sangue. Por outro lado, Cantillon, comparava a sociedade a uma árvore: a agricultura seria a raiz; a população, o tronco; e as artes e comércio as suas folhagens. Ver: Pádua, José Augusto. “*Um sopro de destruição*”: *Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista, 1786 – 1888*. (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004).

¹⁵ Pádua, *Um sopro de destruição*, 47.

O ideal de produção agrícola, na opinião da SCI, deveria estar vinculado a um amplo conhecimento das potencialidades agrícolas de cada região do Brasil, que aliados a um bom planejamento imigratório, garantiria a ocupação do espaço por indivíduos que se empenhariam em desenvolver as culturas certas, garantindo sucesso aos núcleos coloniais. Para tanto, fazia-se necessário levar tais informações aos colonos agricultores, tanto antes de sua escolha pela localização de fixação, como posteriormente quando do início dos cultivos. Em decorrência deste pensamento, observamos uma significativa publicação de guias e manuais direcionados aos agricultores e amplamente baseados nos conhecimentos científicos que vinham adquirindo espaço nas análises do mundo natural. Estes manuais continham as mais variadas informações sobre cultivo, ferramentas, clima, entre outras coisas.

O diferencial na tentativa dos membros da SCI em divulgar informações agrícolas de maneira pedagógica estava no fato de que seu público alvo eram os pequenos agricultores, os imigrantes europeus que, embora pudessem ter conhecimentos de agricultura e pecuária, necessitariam saber os condições de cultivo que encontrariam nas diversas províncias do Brasil. Isso porque, de maneira geral, os manuais e informativos que vinham sendo publicados no Brasil desde o início do século XIX eram claramente direcionados a produção da grande lavoura. Segundo Rafael Marquese entre as décadas de 1820 e 1870 a preocupação em estabelecer um padrão técnico adequado para a produção de café e de açúcar no Império do Brasil, e a defesa do aprimoramento da gestão da mão de obra com vistas ao aumento da eficiência do trabalho escravo, calcado no arcabouço conceitual da Economia Política, muitas publicações procuraram fornecer uma articulação teórica para reflexão sobre o gerenciamento da agricultura escravista brasileira.¹⁶

Dentro de tal intento foi também publicado, na primeira metade do século XIX, o *Manual do Agricultor Brasileiro*, de Carlos Augusto Taunay. Segundo Bonzatto o manual do agricultor brasileiro foi uma obra indispensável a todo o senhor de engenho, fazendeiro e lavrador, e aos seu especial modo de produção, pois oferecia noções exatas sobre todos os gêneros de cultura em uso, ou cuja adoção for

¹⁶ Marquese, Rafael de Bivar. *Administração & Escravidão: ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. (São Paulo: Hucitec, 1999.), 157.

profícua, e também um resumo de horticultura, seguindo de um epítome dos princípios da botânica e um tratado das principais doenças que atacam os negros.¹⁷

Seguindo esta perspectiva, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) lançava a Revista *O Auxiliador da Indústria Nacional*, que começou a ser editada em 15 de janeiro de 1833 e permaneceu noticiando mensalmente, até 1892. Nesta publicação os interessados em agricultura poderiam encontrar, memórias, tabelas, artigos estrangeiros e nacionais, atas, relatórios, pareceres que tratavam sobre os mais variados assuntos que transcrevia artigos estrangeiros e nacionais, divulgava ensaios, memórias e guias práticos. A maioria dos textos tratava da necessidade de aperfeiçoar o preparo do solo, as técnicas de sementeiras, de colheita, de beneficiamento dos produtos agrícolas, sobretudo daqueles que tinham maior importância econômica, tais como cana-de-açúcar, café, algodão, tabaco, borracha, cacau, mandioca, feijão e arroz. A SAIN também manteve, desde 1871, uma escola noturna de instrução elementar para adultos, uma das primeiras criações deste gênero, e também uma escola industrial.

Com é possível observar, não se tratou de uma iniciativa exclusiva da SCI, mas de uma tendência inserida naquele contexto onde entendia-se que “a agricultura é a nossa máxima manufatura”. Embora houvessem aqueles que discutiram longamente a “opinião de que o rigor de nosso clima é um obstáculo ao desenvolvimento da indústria fabril” e que a uberdade da terra predestinaria o país como nação agrícola, a sua defesa era ampla e contava com fortes meios de divulgação difíceis de serem ignorados. No entanto, a visão de progresso não estava excluída do horizonte neste projeto de nação agrícola, haja vista a necessidade de sistematizar cada vez mais o trabalho sobre a natureza para a obtenção de riquezas. A produção econômica brasileira, segundo Hermetes Araújo, “realizava-se, desde os tempos dos engenhos, em um ritmo cadenciado, utilizando o braço cativo na divisão do trabalho e as rodas d’água e a força animal como principais fornecedores de força motriz”.¹⁸ Fazia-se preciso modernizar tais atividades, com maquinário adequado e com a ajuda dos imigrantes europeus, como já vimos.

¹⁷Bonzatto, Eduardo A. *Pedagogia e Escravidão: fragmentos de espelho distante, memórias agrícolas do século XIX*. Dissertação de Mestrado em Educação. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 199), 70.

¹⁸Araújo, Hermetes R. *Da mecânica ao motor: ideia de natureza no Brasil no final do século XIX*. In: Revista Projeto História, nº 23, nov. 2001, pp.151-167, 156.

O secretário da SCI, André Rebouças buscou trazer a público, em uma perspectiva didática, os meios para se obter a melhoria produtiva na lavoura e a sua modernização por meio de seu livro *Agricultura Nacional: Estudos Econômicos*, que muitos de seus estudiosos definem como “a síntese efetiva do pensamento social de André Rebouças”.¹⁹ O livro divide-se em três temas principais que são desenvolvidos ao longo de 68 capítulos. Os temas são: regiões do Brasil que possuem uma agricultura baseada em procedimentos comuns; apresentação de um modelo de projeto de lei; e o retorno constante aos princípios econômicos defendidos por Rebouças. Assim, em sua análise cada província é tomada de forma particular, com suas qualidades naturais diferenciados, e por isso recebendo a indicação dos procedimentos que devem ser adotados para benefício de sua agricultura – como o Paraná que “pode produzir no quadro da exportação geral do Império: o trigo, a cevada e a aveia.”²⁰

Para fundamentar sua análise Rebouças faz amplo uso de relatórios sobre os estado da lavoura nas diferentes províncias, reunidos no Relatório do Ministério da Fazenda: Estado da Lavoura, editado no Rio de Janeiro em 1874. Por conta dessa sua fundamentação em documentos oficiais, o livro é eivado de estatísticas. Rebouças também procura dar cientificidade ao seu trabalho apresentando argumentos baseados em estudos científicos de botânica, agronomia, química e também estudos econômicos. Deste modo podemos afirmar que todo seu livro consiste de fato em um projeto civilizador para o Brasil por meio de princípios científicos. Por haver conhecido, por conta de seu trabalho, as diferentes regiões do país, Rebouças convence-se de que o país era uma nação que precisa de reformas, este é o intuito de seu livro.

Na batalha que travou na defesa das pequenas propriedades rurais, a SCI buscou evidenciar os males causados pelo grande propriedade e o sistema de plantation monocultora, em muitos casos descrevendo os danos ambientais gerados por esta. O barão Frederico José de Sant’Anna Nery, um propagandista da imigração com grande prestígio e colaborador da SCI na Europa, descreveu a

¹⁹ Jucá, Joselice. *André Rebouças: reforma e utopia no contexto do Segundo Império: quem possui a terra possui o homem*. (Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001).

²⁰ Rebouças, André. *Agricultura Nacional e Estudos Econômicos: Propaganda Abolicionista e Democrática*. (Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1988), 83-84.

constituição de uma grande plantação, de forma fictícia, que visava explicar como se davam as primeiras intervenções na mata para instalar a monótona paisagem dos cafezais:

nós escolhemos na floresta um bom terreno, e consideramos como tal um terreno onde crescem certas árvores que conhecemos. A área para o café, uma vez escolhida, é roçada para arrancar as ervas ruins, os arbustos e os cipós. Realizada esta limpeza, nós mandamos derrubar, isto é abater as árvores. Terminadas estas duas operações, os trabalhadores ateiaram fogo, e ordinariamente não nos damos nem mesmo o trabalho de arrancar os troncos que permanecem na terra. O terreno está purificado. Eis o momento de pensar na plantação. Dividimos a área em quadrados, ou quadros, e ali traçamos ao mesmo tempo os caminhos necessários para o transporte futuro do café para a fazenda.²¹

Ao estudar o impacto da cafeicultura na Mata Atlântica brasileira, o historiador Warren Dean destaca que a imensa intervenção que esta gerou na paisagem do Sudeste é ainda dificilmente mensurável.²² Além disso, a necessidade de transporte acarretava a abertura de estradas e caminhos menores, que dificilmente poupavam a floresta. Estes e outros fatores reforçavam a defesa da pequena propriedade rural onde, acreditava-se, seria mais viável existir um uso consciente do espaço natural.

A SCI buscava, por meio de seu jornal, mostrar que a pequena propriedade era altamente positiva para a diminuição da devastação ambiental e, embora não utilizasse tais termos, buscava destacar a negatividade de tal atividade para a própria economia nacional. Em pequeno artigo intitulado “A pequena lavoura e a derrubada das mattas” a SCI destaca o bom desempenho de seus produtos no ano de 1890:

Foi de 2.633:854\$660 o movimento dos produtos da pequena lavoura com destino ao nosso mercado, no mez de julho findo. Em igual mez de 1889 foi de 750:120\$010, havendo no corrente anno uma diferença para mais de 1.883:734\$650, concorrendo para isso a lenha e o carvão com 1.825:606\$000. Esta é a informação da imprensa, mas perguntemos: que futuro está reservado ao município do Rio de Janeiro com a Horrorosa devastação das florestas? Urge pôr um paradeiro a tão cruéis derrubadas; do contrário, graves males se farão, dentro em breve cruelmente sentir. Entretanto, poucas esperanças temos de algumas providencias. Parece, pela organização de companhias de fornecer lenha, que as cousas tendem a tomar proporções medonhas.²³

²¹ Nery, Frederico J. S. *Aux Etats-Unis du Brésil. Voyages de M. T. Durand, avec illustrations*. (Paris: Librairie Ch. Delagrave, 1891), 71. (Tradução livre)

²² Dean, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. (São Paulo: Cia das Letras, 1996).

²³ *A Imigração*, Boletim nº 70, 1890, 5-6.

Em relação a este assunto, a *Gazetilha do Jornal do Commercio*, publicada no Rio de Janeiro em 12 de agosto de 1890, traz o artigo “Devastação das Matas”, em que se refere aos esforços da Sociedade Central e Imigração neste aspecto:

Mais de uma vez temos lamentado, e conosco toda a imprensa desta capital, que é falta muito sensível de legislação florestal não se haja imposto sobre a derrubada das matas que circundam esta cidade e que se opera, como é notório, em escala cada vez maior a proporção que avultam as necessidades crescentes dos produtos.

A este respeito é de toda a justiça recordar que nos últimos tempos, impressionada pelos algarismos a que se tem elevado a produção das referidas matas, a Sociedade Central de Imigração tem com frequência reclamado dos poderes públicos providencias atinentes a regular o direito de cada um nesta esfera de atividade que em nenhum país policiado é deixado ao arbítrio indefinido dos derrubadores, qualquer que seja o título com que se firmem para este efeito.

A semelhante necessidade procura prover o Sr. Ministro da agricultura, promulgando decreto que, no interesse as saúde pública, imponha termo a derrubada excessiva que ora é feita sem nenhuma responsabilidade, e ao mesmo tempo regule o uso do direito que aos proprietários assiste sobre as matas dos seus terrenos.²⁴

A viabilidade da pequena propriedade era, na visão do grupo, condição necessária ao estímulo imigratório e ganhou ênfase especial nos seus primeiros discursos e escritos. Contudo, com o passar do tempo, percebemos que tal defesa passa a incorporar um certa tolerância com relação ao latifúndio. O brado inicial de “guerra ao latifúndio”, cede lugar à propostas de complementaridade de produção, ideia especialmente desenvolvida por André Rebouças em seu livro *Agricultura Nacional*. Em sua opinião geral a fragmentação dos latifúndios, com conseqüente constituição de pequenas propriedades, estimularia o crescimento econômico através da valorização do trabalho. As terras ociosas deveriam ser taxadas de forma a desestimular sua conservação.

É verdade que esta recepção positiva da modernidade não ocorreu de forma totalmente incondicional. A modernização que se queria, com algumas exceções, estava relacionada muito mais com o progresso do mundo rural do que com uma opção pelo mundo urbano e industrial. A persistência de uma certa postura fisiocrática é bastante evidente neste caso. O mundo urbano chegou a ser percebido,

²⁴ *Jornal do Commercio*, (12 de ago.1890), 4.

em algumas passagens, como uma variante indesejável da modernidade europeia, pelo menos no que se refere ao seu estabelecimento no Brasil.

Sobre a disponibilização de terrenos a imigração, a SCI defendia que era preciso haver um olhar atento quanto aos elementos naturais ali existentes. Tais observações estavam inseridas no planejamento do imposto territorial que alguns membros da SCI, especialmente Taunay, estavam envolvidos. Em um dos tópicos ficava colocada como deveriam ser pensadas as reservas de terras:

- Ficarão pertencendo ao Estado e não poderão entrar em venda como terras devolutas:
- I. As florestas e cumeadas que alimentarem nascentes e correntes d'água.
 - II. Lagos, lagoas, cascatas e quedas d'água que possam servir para abastecimento das populações ou para emprego industrial como força motriz.
 - III. Belezas naturais, como grutas...
 - IV. Fontes minerais e termas de utilização terapêutica ou higiênica.
 - V. Minas, pedreiras e jazidas de minerais.

Quando se descobrirem estas riquezas naturais em lote já cedido e pago, far-se-á (...) a desapropriação.

O conselho (...) de cada núcleo imigrantista fixará regras para utilização (...) dos rios, corredeiras e quedas d'água.

Aos imigrantes e compradores de terras em geral será proibido fazer derrubadas e queimadas nas matas situadas em vertentes de seus lotes, nas divisas e em colocação que possam danificar bens dos seus continentes.²⁵

Algumas reuniões posteriores, os planejadores do imposto territorial enfatizaram que as terras possuidoras de recursos naturais deveriam ter taxaçaõ diferenciada, conforme podemos observar em trecho publicado no Boletim nº10 do jornal *A Imigração*:

Devem ser isentos do imposto os terrenos roteados e as florestas sujeitas a replantaçaõ ou á silvicultura, a proteçaõ de águas potáveis ou dos açudes para as irrigações e para o aproveitamento de forças hidráulicas. Neste último caso, os seus proprietários aproveitam essas condições ou o Estado desapropria, quando seja mister, em vista do interesse público. O peso do imposto só deve recair sobre o terreno positivamente inculto em lugares em que não deve sê-lo: tais são os terrenos baldios urbanos e suburbanos, marginais ás ruas ou canais, estradas de ferro, estradas de rodagem e caminhos vicinais.²⁶

²⁵ *A Imigração*, Boletim nº09, 1885, 2.

²⁶ *A Imigração*, Boletim nº10, 1885, 4.

O reforço no discurso em prol da pequena propriedade passou a ser a demonstração de que este tipo de ocupação era mais rentável economicamente do que a derrubada das matas para obtenção de lenha, por exemplo. Vejamos este aspecto na publicação feita no Boletim nº69 do jornal da SCI, que traz uma comparativo de lucro entre a exploração da floresta e a produção das pequenas propriedades do entorno da cidade do Rio de Janeiro:

Simplesmente horrível

Sim, é simplesmente horrível a estatística do que tem rendido a derrubada das matas no primeiro semestre do anno corrente de 1890.

« A derrubada de matas, diz o *Jornal do Comercio*, criminosa exploração pelo molo por que é feita, que exige severas medidas de repressão o que em tanto tem conecrrido para a falta de agua e para o apparecimento de molestias epidemicas, forneceu ao nosso mercado lenha, carvão, dormentes e diversas madeiras, no valor de 6,408:708\$820, como se vê pelo seguinte quadro:

| | |
|----------------|------------------|
| Janeiro | 773:986\$300 |
| Fevereiro..... | 781:603\$200 |
| Março..... | 916:569\$300 |
| Abril..... | 1,204:702\$930 |
| Maio.... | 1,319:486\$910 |
| Junho..... | 1,412:460\$150 |
| Total..... | 6,408:708\$820 » |

Figura 1: Recorte do Boletim nº 69 de A Imigração, 1890. Fonte: *Jornal A Imigração* Hemeroteca Digital Brasileira.

Considerando a derrubada das matas como algo que deveria ser considerado como um crime, pois além de baixo lucro, colaborava com uma série de males a população, como a falta de água e mesmo o aparecimento de moléstias, como destacado no trecho acima. Na sequência deste trecho, temos outro que buscava mostrar que nem tudo estaria perdido para aqueles que, conscientizando-se das limitações e da finitude dos recursos naturais, buscassem apostar nos benefícios que o cultivo de gêneros variados em

pequenas propriedades já estava resultando. Como buscaram mostrar nas estatísticas publicadas no mesmo boletim do jornal:

Consolemo-nos de tão terrível quadro, indicando o desenvolvimento da pequena lavoura em torno do Rio de Janeiro.
O movimento da lavoura, no mez de junho, comparado com os dos dous ultimos annos, foi o seguinte :

| | |
|--|------------------------|
| 1890..... | 3.180:812\$930 |
| 1889..... | 663:456\$870 |
| 1888..... | 174:224\$380 |
| No 1º semestre de 1890, terminado a 30 de junho, foi este o movimento da pequena lavoura: | |
| Janeiro..... | 1,278:638\$430 |
| Fevereiro..... | 1,327:298\$460 |
| Março..... | 1,599:472\$610 |
| Abril..... | 2,060:837\$900 |
| Maió..... | 2,257:397\$970 |
| Junho..... | 3,180:812\$930 |
| Total..... | 11,704:488\$300 |

Figura 2: sequência do recorte do Boletim nº 69 de A Imigração, 1890.
 Fonte: Jornal *A Imigração* – Hemeroteca Digital Brasileira.

Portanto, como buscamos relacionar até aqui, no que tange o estudo do pensamento em torno da política imigrantista, é preciso destacar a sua relação histórica com a agricultura e a natureza. Ao lado disso, compreender estes discursos apoiando-se na história ambiental poderá nos permitir perceber a estreita relação entre condições naturais, sejam estas cheias de ufanismo em torno da riqueza do solo brasileiro ou ainda dos discursos que buscaram mudar a realidade de esgotamento dos solos ocasionado pela prática de uma agricultura considerada arcaica. Nesse sentido, como afirma o historiador Donald

Worster, a História Ambiental pode oferecer um conhecimento profundo da nossa cultura, das instituições econômicas, e das consequências das mesmas para a terra.²⁷

Conclusões

Embora saibamos que a modernização agrícola não ocorrera em grande escala como desejava a SCI e tantos outros que sobre ela se debruçaram, não podemos deixar de observar que as expectativas em torno de uma agricultura mais científica, mais produtiva, e que não causasse abalos tão profundos na natureza como as práticas de cultivos até então adotadas no Brasil, fosse em parte concretizada com a adoção principalmente de inovações técnicas, como foi o arado. Ainda que, como disse Roberta Meira, quando nos detemos a observar suas consequências, percebemos que a destruição das matas em consequência das práticas agrícolas, da necessidade de combustíveis, da exploração de madeiras preciosas, também foram partes indissociáveis da história desses núcleos coloniais, com profundas implicações ambientais e socioeconômicas.

De maneira geral, nem as queimadas nem o uso da enxada deixaram de fazer parte da realidade brasileira, fosse nos núcleos coloniais ou nas fazendas de café. No entanto, há que se considerar que esses imigrantes foram, em certa medida, responsáveis pela propagação do uso de novas técnicas agrícolas, que permitiram uma melhor exploração do solo e a reduziram a necessidade de uma agricultura itinerante. Assim, com o tempo, foi possível observar uma prática que alguns denominaram de sistema misto de cultivo, uma mistura entre o sistema intensivo e o extensivo, ou entre as antigas e as novas técnicas de cultivo.

²⁷ Worster, Donald. "Para fazer História Ambiental" *Estudos Históricos* 4(8): 189-215, 1991.